



CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/MT
CNPJ N.º 07.221.699/0001-69

TERMO DE REFERÊNCIA N.º 003/2024

INEXIGIBILIDADE N.º 001/2024

1. DA IDENTIFICAÇÃO, DO RESPONSÁVEL E DO OBJETO

1.1. O presente Processo, é de responsabilidade da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT, inscrita sob o CNPJ n.º 07.221.699/0001-69, neste ato representada pela subscritora mencionada, visando a **Contratação de Serviço de Locação de Imóvel Destinado ao Atendimento das Finalidades Precípua da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT**, localizado na Av. Vitória, n.º 972, Centro, CEP n.º 78.578-000, Ipiranga do Norte-MT, imóvel este matriculado sob o n.º 37.582, do Registro de Imóveis da Comarca de Sorriso-MT, por um período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT, está sediada há anos na Avenida Vitória, n.º 972, Centro, CEP n.º 78.578-000, Ipiranga do Norte-MT, pois o imóvel é o único que no momento atende as finalidades precípua da Câmara Municipal, levando em consideração que a mesma ainda não possui prédio próprio, mas apresenta em seu planejamento de contratação anual de 2024 a construção de sua sede.

2.2. Para o desenvolvimento de seus trabalhos é necessário que o mesmo tenha uma sede administrativa, sendo imprescindível então a locação de um imóvel para atender suas finalidades precípua.

2.3. Com relação ao disposto no inciso I, § 5º do artigo 74 da Lei n.º 14.133/2021, este se encontra cumprido, levando em consideração o Laudo de Avaliação de Imóvel anexo ao processo, onde o imóvel a ser locado fora avaliado em 1.257.820, 45 (um milhão, duzentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e vinte reais e quarenta e cinco centavos).

2.4. O imóvel em questão a ser locado, fora escolhido, levando em consideração a inexistência de imóveis que sejam pertencentes a administração pública e que tenham disponibilidade para atender o objeto deste Termo de Referência, em atendimento ao disposto no II, § 5º do artigo 74 da Lei n.º 14.133/2021.

2.5. A escolha do imóvel específico se justifica em razão de suas condições de localização e instalação, sendo que possui estrutura adequada para receber o plenário, em consonância com a



CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/MT
CNPJ N.º 07.221.699/0001-69

atividade administrativa exercida que exige lugar para que um número considerável de munícipes possa participar de sessões e audiências públicas, possui espaço para a instalação dos setores administrativos, área disponível para alocação de parte do Almoarifado deste órgão Municipal bem como estacionamento para o veículo oficial, banheiros na área externa e está situado em localização privilegiada no Centro da cidade, nos termos do III, § 5º do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021.

2.6. A inexigibilidade para contratação de serviço de imóvel, é fundamentada nos termos do artigo 74, inciso V, da Lei 14.133/2021.

3. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. Locação de imóvel, compreendendo o terreno e o primeiro andar para instalação da sede administrativa da Câmara Municipal de Vereadores de Ipiranga do Norte, por um período de 24 (vinte e quatro) meses. Referido imóvel fica localizado na Av. Vitória nº 972, CEP nº 78.578-000, Ipiranga do Norte-MT, possuindo uma área total de 788,80 m² (setecentos e oitenta e oito metros quadrados e oitenta mil centímetros quadrados), sendo a área total construída no importe de 496,51 m² (quatrocentos e noventa e seis metros quadrados e cinquenta e um mil centímetros quadrados) compreendendo o adicional de 42 m² (quarenta e dois metros quadrados) do primeiro andar, área esta disponível para alocação de parte do Almoarifado deste órgão Municipal, com garagem para um veículo e dois banheiros na área externa, devidamente matriculado sob o nº 37.582 do Cartório de Registro de Imóveis de Sorriso-MT:

ITEM	CÓDIGO TCE-MT	ESPECIFICAÇÃO/ DETALHAMENTO	UNIDADE	QTDE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01.	TCEMT 0000105	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS FINALIDADES PRECÍPUAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE-MT	MÊS	24	R\$ 7.708,38	R\$ 185.001,12
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$ 185.001,12 (cento e oitenta e cinco mil um real e doze centavos)						



CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/MT
CNPJ N.º 07.221.699/0001-69

4. DA ESTIMATIVA DO VALOR, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODALIDADE LICITATÓRIA

4.1. Com base em informações obtidas por pesquisa de preço, para balizamento de preço dos serviços praticados e no Laudo de Avaliação de Imóvel, se verificou que o valor total estimado do objeto do presente Termo de Referência é de **R\$ 185.001,12 (cento e oitenta e cinco mil um real e doze centavos)**.

4.3. O Fornecedor será selecionado com fulcro no Artigo 74, inciso V, da Lei 14.133/2021, cujas características de instalações e de localização do imóvel tornam necessária sua escolha, por meio da realização de procedimento de **INEXIGIBILIDADE**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

5. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, CONDIÇÕES E FORMA DO PAGAMENTO

5.1. O (A) LOCATÁRIO (A) deverá manter o imóvel em boas condições de limpeza e conservação, para restituí-lo, quando findo ou rescindido o Contrato, no estado em que o recebeu, salvo as modificações e as obras regularmente autorizadas e as deteriorações decorrentes do uso normal do imóvel.

- a) conservar bem o imóvel locado e realizar nele, por sua conta, as obras de reparação dos estragos a que der causa, desde que não provenientes de seu uso normal;
- b) restituí-la, quando finda a locação, no estado em que recebeu, retirando as divisórias, instalações elétricas e outros, salvo as deteriorações decorrentes de seu uso normal.

5.2. Obriga-se o (a) LOCADOR (A) a executar no imóvel locado as reparações de que venha o mesmo a necessitar, e que não constituam encargo do (a) LOCATÁRIO (A), nos termos da alínea “a”, do “caput” da Cláusula anterior, no prazo de 10 (dez) dias após ser notificado, não realizando os reparos devidos, o (a) LOCATÁRIO (A), efetuará os mesmos e lhe ficará reservada o direito de descontar dos pagamentos dos alugueis, durante a vigência do presente Contrato.

5.3. O (A) LOCATÁRIO (A) poderá realizar obras de adaptação, ou reforma no imóvel ora locado, caracterizadas como acessões ou benfeitorias necessárias ou úteis, com vistas à sua utilização, independente de notificação ou manifestação prévia do (a) LOCADOR (A), sendo-lhe facultado levantar, a qualquer tempo, aquelas cuja retirada se possa fazer sem afetar a estrutura e o funcionamento do imóvel.

5.4. Na hipótese de não realização da compensação mencionada na clausula anterior, fica assegurado



CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/MT
CNPJ N.º 07.221.699/0001-69

ao (a) LOCATÁRIO (A) o exercício do direito de retenção, até a efetiva indenização pelo LOCADOR (A), das acessões ou benfeitorias no imóvel.

5.6. As benfeitorias voluptuárias serão indenizadas pelo (a) LOCADOR, quando por ele previamente autorizadas.

5.7. O (A) LOCADOR (A) autoriza a locatária a proceder as adaptações necessárias para sua instalação.

5.8. O serviço em desacordo com este Termo de Referência será rejeitado, sujeitando-se O A) LOCADOR (A) às penalidades contratuais.

5.9. A entrega do referido serviço dar-se-á após a assinatura do contrato de locação, iniciando-se daí o período locatício.

5.10. A contratação ajustada poderá ser prorrogada e nesta hipótese, após decorrido 01 (um) ano, contados da assinatura do mesmo, poderá ser corrigido pelo índice amplamente aplicável aos contratos de locação, ou outro índice que o substitua no período.

5.11. O objeto desse Termo de Referência será dado como recebido, de acordo com o Inciso I, do Artigo n.º 140 da Lei Ordinária Federal n.º 14.133/2021. E, se confirmada à conformidade com as especificações técnicas, a Nota Fiscal de Serviço/Recibo será atestado (a) pelo Fiscal de Contrato, ora designado pela Contratante.

5.12. O pagamento do aluguel mensal deve ser pago até o 5º quinto dia útil de cada mês de utilização do imóvel diante da referida Nota Fiscal/Recibo, através de depósito bancário em conta corrente do (a) LOCADOR (A), preferencialmente em bancos oficiais com Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal ou boleto bancário.

5.13. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.14. A nota fiscal/Recibo somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela CÂMARA MUNICIPAL.

5.15. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

5.16. Nenhum pagamento será efetuado ao (a) LOCADOR (A) enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.



CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/MT
CNPJ N.º 07.221.699/0001-69

5.17. O (A) LOCADOR (A) deverá comprovar a sua regularidade juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal, FGTS, Estadual e Trabalhista, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal/Recibo do mês de sua competência.

5.18. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

5.19. O Reajuste só poderá ser realizado após transcorridos 12 (doze) meses da proposta.

5.20. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGP-M/FGV – Índice Geral de Preço - Mercado.

6. DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo (a) LOCATÁRIO (A), do índice IGP-M/FGV.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. DA HABILITAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/MT
CNPJ N.º 07.221.699/0001-69

7.1. Habilitação Jurídica

7.1.1. Pessoa física: Cédula de Identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.1.2. Empresário Individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.1.4. Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: Inscrição do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.5. Sociedade Empresária Estrangeira: Portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

7.1.6. Sociedade Simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: Inscrição do Ato Constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.1.8. Sociedade Cooperativa: Ata de Fundação e Estatuto Social, com a Ata da Assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. n.º 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.2. Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista

7.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da



CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/MT
CNPJ N.º 07.221.699/0001-69

Portaria Conjunta n° 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943.

7.2.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.2.7. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.2.8. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

7.2.9. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.2.10. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO (A) LOCADOR (A)

8.1. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, e em estrita observância das especificações de sua proposta;

8.2. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;

8.3. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

8.4. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

8.5. Auxiliar a LOCATÁRIA na descrição minuciosa do Estado do Imóvel, quando da realização da vistoria;



CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/MT
CNPJ N.º 07.221.699/0001-69

- 8.6. Fornecer à LOCATÁRIA recibo discriminado das importâncias pagas, vedada a quitação genérica;
- 8.7. Pagar os impostos (especialmente o imposto predial territorial urbano – IPTU) e taxas incidentes sobre o imóvel;
- 8.8. Entregar o imóvel em perfeito estado e funcionamento, especialmente com relação à rede elétrica;
- 8.9. Manter durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de dispensa de licitação;
- 8.10. Informar à LOCATÁRIA quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente;
- 8.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- 8.12. Atender de imediato às solicitações, corrigindo qualquer ocorrência de interrupção ou mau desempenho na prestação dos serviços contratados, devendo considerar os Acordos de Níveis de Serviço estabelecidos neste Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.13. Fornecer, na forma solicitada pela administração, as Notas Fiscais/Recibos para pagamento;
- 8.14. Comunicar à fiscalização contratual, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;
- 8.15. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições, qualificação e certidões exigidas na contratação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO (A) LOCATÁRIO (A):

- 9.1. Pagar o aluguel e os encargos de locação exigíveis, no prazo estipulado neste Termo de Referência;
- 9.2. Servir-se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;
- 9.3. Realizar vistoria do imóvel para entrega das chaves, para fins de verificação minuciosa do estado do imóvel;
- 9.4. Restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que recebeu, conforme documento de descrição minuciosa elaborada quando da vistoria inicial, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal;
- 9.5. Comunicar ao (a) LOCADOR (A) qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;



CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/MT
CNPJ N.º 07.221.699/0001-69

- 9.6. Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo do (a) LOCADOR (A), sendo assegurado ao (a) LOCATÁRIO (A) o direito de abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 26 da Lei 8.245 de 1.991;
- 9.7. Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, praticados por seus agentes, funcionários ou visitantes;
- 9.8. Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio e por escrito do (a) LOCADOR (A);
- 9.9. Entregar imediatamente ao (a) LOCADOR (A) os documentos de cobrança de tributos, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada ao (a) LOCATÁRIO (A);
- 9.10. Pagar as despesas de telefone e de consumo de energia elétrica, água e esgoto;
- 9.11. Permitir a vistoria do imóvel pelo (a) LOCADOR (A) ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no artigo 27 da Lei 8.245/91;
- 9.12. Documentar as ocorrências que comprometam as condições estabelecidas no termo de referência e na minuta do contrato, comunicando-as imediatamente ao (a) LOCADOR (A).
- 9.13. Atestar nas notas fiscais da efetiva prestação de serviço deste objeto contratado, conforme ajuste representado pela nota de solicitação ou autorização de serviço;
- 9.14. Emitir pareceres sobre os atos relativos à execução, em especial quanto ao acompanhamento e fiscalização das condições estabelecidas no termo de referência e minuta do contrato, à exigência de condições estabelecidas e à proposta de aplicação de sanções.
- 9.15. Efetuar o pagamento ao (a) LOCADOR (A) no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal/recibo, devidamente atestada, no setor competente;
- 9.16. Notificar, por escrito, ao (a) LOCADOR (A) da aplicação de qualquer sanção.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Inexigibilidade, correrão a cargo da seguinte dotação orçamentária para o exercício de 2024 e subsequentes conforme estabelecido em orçamento e de acordo com a necessidade e conveniência:

- **Elemento de Despesa/Dotação Orçamentária: 01.031.0001.2001 – 339036000000 – Prestações de Serviços por pessoa física, cujo saldo atual para uso, será auferido em momento oportuno.**



CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/MT
CNPJ N.º 07.221.699/0001-69

12. VEDAÇÕES

12.1. É vedado ao (a) LOCADOR (A):

12.1.2. Caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira.

12.1.3. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do (a) LOCATÁRIO (A), salvo nos casos previstos em lei.

13. DA RESPONSABILIDADE

13.1. O (A) LOCADOR (A) será responsável por quaisquer danos à Administração ou a terceiros decorrentes do fornecimento de serviços inadequado ou fatos ocorridos durante o fornecimento dos serviços.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A execução do objeto será supervisionada, fiscalizada e atestada pelo Fiscal do Contrato, designado pela Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT, por meio da **Portaria n° 009/2024** observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do presente Termo celebrado; anotando, inclusive, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas.

14.2. A ausência de comunicação por parte da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT, referente à irregularidade ou falhas, não exime o (a) LOCADOR (A) das responsabilidades determinadas neste termo. Sendo que, as decisões e providências que ultrapassem a competência do representante, deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para as providências cabíveis.

14.3. A fiscalização pela Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT, em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva, do (a) LOCADOR (A) pela perfeita execução da entrega do bem adquirido.

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n° 14.133, de 2021, o contratado que:

a)der causa à inexecução parcial do contrato;

b)der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c)der causa à inexecução total do contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/MT
CNPJ N.º 07.221.699/0001-69

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- IV) Multa Compensatória, de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

15.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

15.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

15.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;



CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/MT
CNPJ N.º 07.221.699/0001-69

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

15.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

15.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

16. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

16.1. O presente Termo foi elaborado em cumprimento ao disposto na Lei Ordinária Federal nº 14.133/2021 e subsidiariamente a Lei 8.245/91 (Lei do Inquilinato), assim como em suas respectivas alterações.



CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE/MT
CNPJ N.º 07.221.699/0001-69

Ipiranga do Norte-MT, 07 de fevereiro de 2024.

Taiz Gomes de Oliveira
Agente de Contratação
Portaria n.º 005/2024